

COLETIVO

RPU

BRASIL

Articular para monitorar

*Histórico da criação
do Coletivo RPU
Brasil*

Elaborado por:

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH



O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)** é uma organização da sociedade civil brasileira que, há 20 anos, busca fortalecer o espaço cívico no Brasil e na América Latina através da educação em direitos humanos e da articulação com organizações da sociedade civil para incidir nos sistemas internacionais de direitos humanos. Atua com: a) Formação e Pesquisa (cursos, oficinas e materiais), e, b) Articulação e Advocacy (Plataformas de articulação e informação sobre advocacy, como a Rede de Advocacy Internacional (RAI) e sua divisão Jovem (RAIJ).

Joinville - SC - Brasil

+ 55 (47) 3085 – 9710 / +55 (47) 99188-1581

info@iddh.org.br

[@iddhjoinville](https://www.instagram.com/iddhjoinville)

www.iddh.org.br

Conheça nossas plataformas:

 **educardh**
plataforma

PLATAFORMA DE CURSOS SOBRE
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

EducarDH

RAI

Rede de Advocacy
Internacional

REDE DE ADVOCACY
INTERNACIONAL

Redes de Advocacy Internacional (RAI)

Plataforma
RPU BR

PLATAFORMA RPU BRASIL

Plataforma RPU Brasil

**INDEX
DH**

RECOMENDAÇÕES DE DIREITOS
HUMANOS DA ONU AO BRASIL

Plataforma IndexDH Brasil

ISBN N° 978-65-981306-1-9

Ano de publicação: 2024

Autoria: Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)

Coordenadora: Fernanda Lapa Brandão; **Pesquisadoras:** Mônica Ottoboni Maciel de Castro e Suiany Zimmermann Bail

Articular para monitorar [livro eletrônico]: histórico da criação do Coletivo RPU Brasil/Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH); coordenação Fernanda Brandão Lapa – Joinville, SC : Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH, 2024.PDF

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Histórico da criação do Coletivo RPU Brasil.....	2
<i>De onde surgiu o Coletivo RPU Brasil?</i>	3
<i>Como o grupo se fortaleceu?</i>	8
3. Palavras Finais.....	10

1. Introdução

Desde o primeiro ciclo do Brasil na RPU, a sociedade civil brasileira vem acompanhando a Revisão Periódica Universal (RPU), seja de forma individual ou em articulação com outras organizações e redes.

Ao longo do primeiro e segundo ciclos de revisão do Estado Brasileiro (2008-2011) (2012-2016), foi possível observar um movimento de maior: a) disseminação da informação sobre o mecanismo no país; b) cobrança por transparência do Estado Brasileiro, e c) ampliação do número de relatórios enviados por organizações e movimentos sociais.

Após a 3ª revisão do Brasil, em 2017, além de continuar ampliando a informação e participação, a sociedade civil brasileira sentiu a necessidade da criação de um mecanismo próprio de acompanhamento (*follow up*) do cumprimento das recomendações, uma vez que o Estado ainda não havia criado um plano nacional de monitoramento de recomendações.

Sendo assim, um grupo de 25 organizações e redes da sociedade civil brasileira que acompanhavam o tema da política externa brasileira criou o **Coletivo RPU Brasil**, com o intuito de acompanhar a RPU no país em todas as suas fases dentro de cada ciclo.

O Coletivo RPU Brasil foi, assim, criado e se consolidou alcançando reconhecida atuação em direitos humanos no país ao longo do 3º ciclo da RPU (2017-2022).

Atualmente o Coletivo RPU Brasil é composto por **38 membros** que representam aproximadamente **1.200 organizações** provenientes de todas as regiões do Brasil, incluindo ONGs, redes e associações da sociedade civil que trabalham diferentes temas de direitos humanos.

O grupo se desenvolveu e hoje conta com sua própria ferramenta de acompanhamento da implementação de recomendações da RPU, a **Plataforma RPU Brasil**, e atua ativamente em todas as fases do ciclo de revisão, mantendo as recomendações no debate público doméstico e também pautando o tema internacionalmente.

O objetivo deste documento é apresentar o histórico da criação do Coletivo RPU Brasil, hoje a principal coalizão da sociedade civil articulada em torno do acompanhamento e monitoramento dos direitos humanos no Brasil por meio da RPU. Apresentaremos os principais espaços e atividades relevantes para a **criação e consolidação/fortalecimento** da coalizão ao longo do 3º ciclo da RPU (2017-2022¹).

2. Histórico da criação do Coletivo RPU Brasil

As informações contidas neste documento são fruto de pesquisas e incidências realizadas pelo [Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos \(IDDH\)](#) entre 2022 e 2023, através de atividades na coordenação do Coletivo RPU Brasil e, na elaboração de um Guia Prático para a sociedade civil sobre como construir coalizões nacionais para atuação na RPU². Em ambas as atividades, contamos com o apoio da [Fundação Friedrich Ebert](#) - FES Brasil.

¹ As recomendações do 4º ciclo foram recebidas em **14 de novembro de 2022**, tendo o estado brasileiro se posicionado oficialmente sobre as recomendações aceitas e tomadas em **28 de março de 2023** durante sessão regular do Conselho de Direitos Humanos.

Acesse toda a **documentação de todas as revisões do Brasil na RPU** [aqui](#).

² Para baixar o e-book **“Revisão Periódica Universal (RPU): um guia prático para a sociedade civil construir coletivos nacionais”**, clique [aqui](#). O material está disponível em português, espanhol, inglês e francês.



Durante a pesquisa, que também recebeu apoio do escritório da FES em Genebra, foram analisados registros documentais de atividades e encontros do **Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE)** (2006 -2016), o histórico das edições do **Curso Avançado de Direitos Humanos (CADH) prévios à criação do Coletivo (2006-2017), atas de encontros e reuniões realizadas com Embaixadas (2008-2022); Eventos paralelos organizados pela sociedade civil brasileira sobre RPU (2008-2022); Registros das UPR Pre-sessions do Brasil (UPR session 13 - 2012; UPR session 27 - 2017; UPR session 41 - 2022); atas e notas taquigráficas de todas as audiências públicas sobre RPU no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Igualdade Racial da Câmara de Deputados (2017-2022)**, relevantes para a criação e desenvolvimento do Coletivo RPU Brasil (2016-2017) e os relatórios anuais e atas de todos os **encontros/reuniões do Coletivo RPU Brasil** (2017-2022).

Também foram realizadas **entrevistas individuais** e conversas em **grupos focais** com interlocutores estratégicos, sejam de organizações fundadoras da coalizão ou de entidades internacionais relevantes para a história de criação do Coletivo RPU Brasil, como maneira de traçar um histórico de ações que influenciaram de maneira direta ou indireta a criação do Coletivo RPU Brasil³.

Todas as informações coletadas foram organizadas neste documento de forma a responder duas perguntas principais: **de onde surgiu o Coletivo RPU Brasil?** e **como foi o processo de fortalecimento da coalizão?** Além de garantir um registro documental do surgimento do Coletivo, esperamos que, através da história da coalizão brasileira, este documento possa inspirar outras redes e movimentos da sociedade civil para o monitoramento de recomendações internacionais de direitos humanos.

De onde surgiu o Coletivo RPU Brasil?

³ Expressamos nosso profundo agradecimento às e aos colegas Antonio Neto, Camila Gomes, Enéias da Rosa, Fabíola Vieira Real, Gustavo Huppes, Luís Donisete B. Grupioni, Paulo Carbonari e Rodrigo Deodato.

A história do Coletivo RPU Brasil surge a partir do **Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE)** e de algumas edições do **Curso Avançado de Direitos Humanos (CADH) do IDDH**.

O Comitê foi uma coalizão de entidades da sociedade civil e do Estado interessados em fortalecer a participação cidadã e o controle democrático da política externa brasileira em temas de direitos humanos.

O Comitê surge em 2006 em decorrência de uma provocação da ONG **Conectas Direitos Humanos** em audiência pública, ocorrida em 28 de Setembro de 2005, na Câmara dos Deputados, por iniciativa da então Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). A audiência reuniu representantes de diversos setores públicos e da sociedade civil para discutir como havia sido a atuação do Estado Brasileiro na extinta Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Nesta oportunidade, a Conectas apresentou resultados de um levantamento realizado por ela que indicava que os processos de elaboração e execução da política externa brasileira em direitos humanos vinham sendo **pouco transparentes e participativos**, e **nem sempre respeitam o princípio de prevalência dos direitos humanos**, previsto no Art 4º, inciso II da Constituição Federal Brasileira⁴.

Sendo assim, o CBDHPE foi criado a partir de uma percepção compartilhada entre algumas organizações da sociedade civil e instituições estatais sobre a necessidade de fortalecer a participação social e a democracia na política externa brasileira em matéria de direitos humanos. Importante destacar que o CBDHPE não era, portanto, uma rede de entidades da sociedade civil, mas tinha natureza híbrida entre organizações estatais e não estatais.

Após definição da natureza, princípios e objetivos do grupo, o Comitê foi finalmente criado em 31 de maio de 2006 na Câmara dos Deputados, e contou com o apoio logístico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para realização de atividades em seu primeiro ano de funcionamento.

⁴ Acesse o [link](#) para saber mais sobre a história do CBDHPE.



Os **membros fundadores** do Comitê foram⁵:

1. CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;
2. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal;
3. Centro de Estudos em Direitos Humanos - UNIEURO;
4. Comunidade Baha'í do Brasil;
- 5. Conectas Direitos Humanos;**
6. FENDH - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos;
7. FES - Fundação Friedrich Ebert Brasil;
8. Gabinete do Deputado Orlando Fantazzini;
- 9. Ibase - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas;**
- 10. IDDH - Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos;**
- 11. IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos;**
- 12. INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos;**
13. Liderança do PPS na Câmara dos Deputados e Ass. Dep. Geraldo Thadeu;
- 14. MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos;**
- 15. Justiça Global;**
16. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Ministério Público Federal);
17. Programa Nacional de DST/ AIDS (Ministério da Saúde);
18. UNACON - União Nacional dos Analistas e Técnicos em Finanças e Controle.

Em 2016, último ano de registro das atividades do Comitê, o CBDHPE estava composto por:

1. 3 In – Inclusão, Integridade e Independência;
- 2. ABIA– Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids;**
- 3. ABGLT– Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais;**
4. CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados ([suspensa em junho de 2013](#));
5. CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal;
6. Comunidade Bahá'í do Brasil;
- 7. Conectas Direitos Humanos;**
8. FES - Fundação Friedrich Ebert;
- 9. GAJOP - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares;**
- 10. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas;**
- 11. IDDH – Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos;**
- 12. IMDH – Instituto Migrações e Direitos Humanos;**

⁵ Em destaque estão as organizações que compõem o Coletivo RPU Brasil desde sua criação.

- 13. **INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos;**
- 14. **Justiça Global;**
- 15. **MNDH- Movimento Nacional de Direitos Humanos;**
- 16. Ministério da Saúde – Programa de DST/AIDS;
- 17. PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Ao integrar o CBDHPE, estas entidades se comprometeram com a realização de ações relacionadas à promoção dos direitos humanos e ao acompanhamento da política externa brasileira em direitos humanos, em especial na ONU, OEA e MERCOSUL; e, por meio do Comitê, a influenciar e monitorar:

- a) os processos de tomada de decisão da política externa brasileira, que gerem impactos na proteção e na promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, incluindo, entre outros, a negociação, ratificação e implementação de instrumentos regionais e internacionais relativos ou de incidência na proteção dos direitos humanos; e
- b) o processo de definição do posicionamento brasileiro em instâncias multilaterais e relações bilaterais que possam afetar a proteção e a promoção dos direitos humanos em outros países.

Para administrar as atividades desempenhadas pelo CBDHPE, o Comitê contava com uma **Secretaria Executiva** e um **Comitê Gestor**. Atuando nesses espaços estiveram organizações que vieram a conformar o Coletivo RPU Brasil, como o IDDH, que exerceu a Secretaria Executiva do Comitê em 2014, tendo sido reeleito para o período de 2015 e 2016. Já no Comitê Gestor, formado por duas entidades, estiveram representadas as organizações Comunidade Baha'í e Conectas Direitos Humanos nos anos de 2014 e 2016.

O CBDHPE abriu caminho orgânico para a criação do Coletivo RPU Brasil e, em seus 11 anos de funcionamento realizou **ações de incidências nacionais e internacionais** que trouxeram grande aprendizado para a articulação e posterior trabalho da maior coalizão brasileira para o monitoramento da RPU.

Estas atividades foram de suma importância para introduzir o sistema ONU de direitos humanos e a RPU de forma estratégica para algumas entidades da sociedade civil, expandindo suas possibilidades de atuação internacional para além do sistema interamericano. O aprendizado sobre o diálogo com atores estratégicos nacional e internacionalmente, promovida pelo Comitê e suas atividades, também pavimentaram o caminho para a articulação e incidência do Coletivo RPU Brasil posteriormente.

Atividades do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE) (2006-2016)

- a) **Audiências Públicas:** a participação em audiências públicas sempre foi um dos pilares de atuação do CBDHPE, que esteve em 10 audiências da Câmara dos Deputados sobre política externa brasileira em direitos humanos, 4 sobre RPU e uma sobre o Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos. Essas audiências, em sua grande maioria, eram apoiadas e impulsionadas pela então **Comissão de Direitos Humanos e Minorias**, integrante do próprio CBDHPE.

- b) **Reuniões de Monitoramento da PEDH:** em 2014, o Comitê criou um formato de reuniões presenciais e por videoconferência com Ministério das Relações Exteriores e a então Secretaria de Direitos Humanos sobre atuação internacional do Brasil em Direitos Humanos. Este diálogo era realizado periodicamente, seis vezes ao ano, antes e depois de cada Sessão Regular do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, com apoio e articulação da **Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC/MPF)**, integrante do CBDHPE.

A partir desta experiência bem-sucedida, desde 2021 o IDDH com outras entidades da sociedade civil participantes da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos (COI) passaram a impulsionar, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), a realização de 3 reuniões de monitoramento ao ano, sempre após as Sessões regulares do Conselho de Direitos Humanos da ONU.



c) Rodas de Diálogo com Embaixadas: o CBDHPE também foi pioneiro ao organizar a primeira roda de diálogos entre organizações da sociedade civil e Embaixadas sobre RPU, realizada em dezembro de 2016. O encontro contou com a participação de 16 Embaixadas: Austrália, Bélgica, Canadá, El Salvador, EUA, França, México, Noruega, Países Baixos, Palestina, Panamá, Peru, Reino Unido, Suíça, Suécia e Uruguai.

De formato inovador para a época, o evento se tornou uma referência de atividade a ser desenvolvida nos anos subsequentes pelo Coletivo RPU Brasil.

d) Produção do Conhecimento: **a)** Integrantes do CBDHPE participaram ativamente de pelo menos 3 edições do **Curso Avançado em Direitos Humanos (CADH)**, curso coordenado pelo IDDH para aprofundamento sobre a atuação internacional em direitos humanos; **b)** o Comitê foi responsável pela criação do primeiro site contendo as recomendações recebidas pelo Brasil na RPU ainda no segundo ciclo do Estado no mecanismo, em 2016; e, **c)** também organizou oficinas sobre o tema da RPU, quando era ainda um novo e ainda pouco conhecido mecanismo, mesmo pelas organizações da sociedade civil já atuantes na área internacional.

Para promover o aprofundamento sobre estratégias de incidência internacional para sociedade civil, o **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)** promoveu, junto ao próprio Comitê e individualmente, cursos de capacitação para o *advocacy* internacional em direitos humanos.

Desde sua fundação, em 2004, o IDDH, desenvolve metodologias participativas e inovadoras para promover cursos e treinamentos sobre temas de direitos humanos para defensoras/es de direitos humanos da sociedade civil, do sistema de justiça, e - mais recentemente - também para as juventudes.

Sua mais antiga formação é o **Curso Avançado de Direitos Humanos (CADH)**, que tem como tema central os instrumentos e mecanismos nacionais, regionais e internacionais de proteção e promoção dos direitos humanos. Com metodologia participativa e bastante prática, a aprendizagem é construída coletivamente de acordo com as

experiências pessoais e profissionais de suas/seus participantes seguindo a **trilha do conhecimento do Jeito Educar do IDDH**, que se subdivide em três módulos: **conhecer, conectar e incidir**.

Esta trajetória formativa em direitos humanos busca tornar acessível a informação e o conhecimento sobre a incidência internacional, fomentando a atuação articulada da sociedade civil em suas incidências nacionais e internacionais.

Até 2017, momento em que o Coletivo RPU Brasil é criado, já haviam sido realizadas 12 edições do CADH. Foram centenas de defensoras/es formadas/os em edições variadas realizadas normalmente nas cidades de Joinville (sede do IDDH), Florianópolis (capital do estado) - em Santa Catarina, e também em Brasília.

Tradicionalmente o CADH reunia professoras/es renomadas/os na área do Direito Internacional dos Direitos Humanos e Política Externa em Direitos Humanos; especialistas de diferentes órgãos/agências da ONU e Sistema Interamericano.. No caso das edições realizadas em Brasília, também contava com mais ações envolvendo os poderes da República, como Legislativo e Executivo.

Importantes para o histórico do Coletivo RPU Brasil foram as **11ª, 12ª e 13ª edições do CADH**, fechadas para cerca de 25 representantes de organizações da sociedade civil com interesse e/ou atuação no monitoramento dos direitos humanos no Brasil no sistema ONU.

Algumas dessas organizações já faziam parte do CBDHPE e tinham conhecimento prévio sobre a incidência internacional, enquanto outras estavam buscando iniciar estratégias de ação internacionais. Nesse sentido, essas edições do CADH permitiram uma maior aproximação e apropriação dos mecanismos de proteção dos direitos humanos, em especial a Revisão Periódica Universal.

Edições do Curso Avançado em Direitos Humanos (CADH) (2017-2018)

- a) **11ª edição:** realizada entre os dias 17 a 19 de outubro de 2017, na Casa da ONU em Brasília, esta edição teve como temática o monitoramento de recomendações internacionais de direitos humanos. As organizações foram chamadas a trabalhar com o monitoramento por meio da atuação em **GTs temáticos:** Direito à não-discriminação e justiça criminal; Estado de Direito e Liberdade de Expressão; Povos Indígenas, migrações e direito ao meio ambiente; Crianças e adolescentes, Mulheres, LGBTQIAP+ e DHESC.

Ao final do encontro, o grupo saiu com a **sugestão da criação de grupo organizado para acompanhar o ciclo da RPU**. Esta sugestão aparece na conclusão da relatoria do evento como possível Grupo de Trabalho dentro do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa (CBDHPE).

- b) **12ª edição:** realizada entre 22 e 24 de maio de 2018, na Casa da ONU em Brasília/DF teve como objetivos principais: (i) a elaboração de um **Plano de Incidência conjunta para 2018/2019**, com foco no relatório de meio período/2019, (ii) a validação de uma **Guia de Leitura para as Recomendações da RPU** e (iii) uma **proposta de sistematização das Recomendações do relatório do 3º Ciclo** da RPU a ser adotada por cada organização em sua temática específica no futuro.

Novamente reunido, o grupo de 25 organizações presentes resolve **formalizar a criação de um coletivo específico para atuar com a RPU e dá o nome de Coletivo RPU Brasil**⁶, com o objetivo de disseminar as recomendações da RPU na sociedade civil brasileira e cobrar do Estado o monitoramento e implementação de suas obrigações internacionais.

- c) **13ª edição:** novamente reunidas na Casa da ONU em Brasília, nos dias 05 e 06 de novembro de 2018, o grupo começou a trabalhar para a elaboração de **plano para o monitoramento dos DH pela sociedade civil brasileira através da RPU e planejamento para incidência internacional conjunta como Coletivo RPU Brasil** (Nov/2018- Nov/2019).

⁶ Saiba mais [aqui](#).



Esta foi a última edição do CADH fechado para estas organizações da sociedade civil, uma vez que a partir da institucionalização do grupo como Coletivo RPU Brasil, as organizações passaram a se organizar e reunir de maneira independente ao Curso, ficando o IDDH encarregado da coordenação do grupo em seus primeiros anos de funcionamento (2017-2023).

Ao longo dos CADHs voltados ao Coletivo RPU Brasil, as organizações membras da coalizão vivenciaram o Jeito Educar do IDDH (conhecer, articular e incidir), pois **conheceram a RPU, um mecanismo novo da arquitetura internacional de direitos humanos**, e entenderam o potencial da **atuação coletiva** neste mecanismo que oferece ferramentas para seus trabalhos nos territórios de todas as regiões do país.

As metodologias criadas para acompanhamento do ciclo foram importantes para fortalecer a **articulação** do grupo na medida em que integravam todas as temáticas das organizações e movimentos representados na coalizão e incluíam ações em todas as fases do ciclo de revisão, que dura em média 5 anos.

Da mesma forma, o **planejamento de ações** pela coalizão durante os CADHs possibilitou a visualização de **incidências concretas** para as organizações no âmbito da RPU e gerou mais compreensão sobre a obtenção de **resultados** da incidência internacional.

Os CADHs costumam fomentar o **diálogo com pessoas ocupando cargos estratégicos** nos órgãos relevantes das Nações Unidas para este tema (ONU Brasil, ACNUDH) e *stakeholders* em temáticas específicas (Especialistas convidadas/os CADH). Estas pessoas especialistas tanto inspiram as/os participantes que veem possibilidades concretas de articulação, quanto legitimam a própria articulação que está sendo criada junto a estes órgãos/representantes.

No caso do Coletivo RPU Brasil, esta aproximação com pessoas em cargos estratégicos nas Nações Unidas também foi relevante para gerar a percepção de que havia uma predisposição do sistema ONU em fomentar a participação da sociedade civil articulada na RPU.

Os aprendizados adquiridos nos CADHs foram importantes para superar alguns **desafios** enfrentados pela sociedade civil brasileira em relação à incidência internacional em direitos humanos, como a distância geográfica até Brasília ou Genebra para realizar ações presenciais, a linguagem específica e burocrática do sistema de documentação oficial das Nações Unidas e um desconhecimento geral sobre o funcionamento dos mecanismos e organizações internacionais.

Como o grupo se fortaleceu?

Ao longo do 3º ciclo da RPU, o Coletivo RPU Brasil consolidou uma **metodologia de trabalho** estruturada em torno de uma **coordenação** e **grupos de trabalho (GTs)** temáticos. Esta estrutura organizacional foi importante para estabelecer uma boa comunicação interna do grupo e possibilitar o planejamento anual e realização de **ações em todas as fases dos ciclos da RPU**.

Desde os primeiros encontros do Coletivo RPU Brasil, o grupo buscou construir uma **metodologia para acompanhar o cumprimento ou não das recomendações da RPU**. Para a elaboração do primeiro relatório coletivo da coalizão em 2019, o Coletivo RPU Brasil selecionou 163 recomendações, divididas com base em temáticas de direitos humanos e públicos afetados.

Em uma planilha online, as passaram a avaliar cada uma das recomendações, fornecendo as seguintes informações sobre sua implementação:

- a) **grau de cumprimento** utilizando o esquema de cores semáforo para indicar recomendações **“Cumprida”**, **“Parcialmente cumprida”** ou **“Não cumprida”**. Neste último caso, a coalizão também criou uma nova categoria, indicando que a recomendação, além de descumprida, está também **“Em retrocesso”**;
- b) um pequeno texto contendo **dados** (leis, políticas públicas, publicações oficiais, matérias de jornal, dentre outros) que justificam a avaliação;
- c) associação do texto da recomendação a um ou mais dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030**;

- d) sugestões sobre qual(is) Poder(es) (Executivo, Legislativo ou Judiciário) seria(m) responsável(is) pelo cumprimento da recomendação;

Estas avaliações foram então organizadas em relatórios temáticos submetidos ao ACNUDH no **meio período** da 3ª revisão do Brasil, em **2019**. A mesma metodologia orientou os relatórios seguintes da coalizão, em **2020** no **contexto da pandemia de Covid-19** e no **início do 4º ciclo**, em **2022**, quando o grupo avaliou a totalidade das 242 recebidas em 2017, desta vez em **11 GTs temáticos**⁷.

Para submissão ao ACNUDH, devido à limitação de palavras para submissões individuais e coletivas⁸, os relatórios foram divididos de acordo com seus temas para o envio oficial, e depois reunidos em volumes únicos para divulgação interna. As informações de avaliações de cumprimento contidas nos relatórios do Coletivo foram, então, adicionadas à **Plataforma RPU Brasil**, onde já vinham sendo organizadas de acordo com temas e metas dos ODS em uma base de dados navegável.

Importantes para a consolidação desta metodologia foi a forma como ela foi organizada por uma **coordenação** e efetuada pelas organizações membras da coalizão em **GTs**.

Na **coordenação** nos primeiros cinco anos do Coletivo RPU Brasil, o IDDH ocupou-se de manter a rede ativa e “animada”, fazendo a interlocução entre as pessoas representantes de organizações de diferentes localidades do país e órgãos da ONU, incentivando a divisão de tarefas através dos GTs, e dialogando com atores estratégicos para financiar e apoiar ações e encontros presenciais da coalizão.

Os **GTs**, compostos por organizações atuantes em um mesmo tema e uma organização ponto focal e facilitadora, foram importantes para coordenar o levantamento dos dados coletados por quem atua diretamente nos territórios e apoiar a sistematização dos dados essenciais para o monitoramento do cumprimento das recomendações da RPU

⁷ Disponíveis na [Plataforma RPU Brasil](#).

⁸ Para submissões individuais (*Individual Reports*) - até 2815 palavras e para submissões coletivas (*Joint Submissions*) - até 5630 palavras.

culminando num panorama da situação dos direitos humanos no país em um esforço coletivo pioneiro no país.

Para além da elaboração de relatórios, essencial para fundamentar as ações de incidência do grupo com dados fornecidos por organizações atuantes nos territórios, o Coletivo RPU Brasil realizou **ações antes, durante e após a Revisão do Brasil em Genebra em 2017⁹**. Estas ações, realizadas nacional e internacionalmente, desempenharam papel fundamental para o fortalecimento interno do grupo, seu reconhecimento e legitimidade política da coalizão.

3. Palavras Finais

Neste documento, apresentamos o **histórico da criação do Coletivo RPU Brasil**, principal coalizão da sociedade civil atuante no monitoramento dos direitos humanos com foco na RPU no Brasil.

Buscamos mostrar como uma articulação anterior da sociedade civil através do **CBDHPE** e capacitações sobre o tema por meio dos **CADHs** influenciaram a estruturação deste grupo, e, ainda, como foram importantes para **sensibilizar** o grupo sobre o **papel estratégico da RPU** para potencializar o trabalho de suas organizações por meio da **incidência internacional coletiva**.

Após sensibilizadas a trabalhar coletivamente na RPU, 25 organizações da sociedade civil decidem criar o Coletivo RPU Brasil no contexto do início de um novo ciclo de revisão no país. O grupo se consolidou enquanto articulação política criando uma **metodologia de trabalho** própria e atuando em todas as fases do **3º ciclo da RPU** (2017-2022). As ações de **incidência em diálogo com atores estratégicos** também fortaleceram a coalizão, que passou a ser vista como ator importante para o monitoramento das obrigações internacionais de direitos humanos do Estado Brasileiro.

⁹ Saiba mais sobre quais ações o Coletivo RPU Brasil realizou durante o 3º ciclo (2017-2022) no relatório de [Balanço do Advocacy do Coletivo RPU Brasil - 3º ciclo \(2017-2022\)](#), disponível na [Plataforma RPU Brasil](#).

A **coordenação e os GTs** continuam fazendo parte da **metodologia de trabalho** do grupo, com a inovação de que, desde 2023, o grupo estabeleceu uma **coordenação colegiada**, uma mudança importante para fomentar a rotatividade e representatividade desta função. Hoje a coordenação do Coletivo RPU Brasil é feita por quatro organizações: [Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil \(AMDH\)](#), [IDDH](#), [Justiça Global](#) e [Terra de Direitos](#).

Enquanto o grupo se expandiu, incluindo novas organizações e redes, uma importante estratégia adotada pelo Coletivo para manter sua unidade e articulação tem sido oferecer **formações continuadas** e buscar **gerar e difundir informações sobre a RPU**. Com isso, espera-se que todas as organizações compreendam o espaço onde estão atuando, se sintam incluídas e motivadas e estimulem novas ações e abordagens para o grupo.

A aproximação do Coletivo com a RPU culminou em uma maior **apropriação/empoderamento a respeito do funcionamento e métodos de trabalho do sistema ONU de direitos humanos** de forma mais ampla. Ademais, o extenso levantamento de dados para atuação na Revisão vem impulsionando, para além de ações individuais e com outras redes na própria RPU, a **atuação integral com outros mecanismos, como os órgãos de Tratados e Procedimentos Especiais**.

Com os aprendizados adquiridos no 3º ciclo e a mudança de governo no país, para o **4º ciclo da RPU** (2022-2027) o Coletivo RPU Brasil busca avançar no *follow-up* em diálogo com o Estado a fim de acompanhar as políticas públicas concretas voltadas para a implementação das recomendações internacionais que afetam diretamente os territórios brasileiros.

No Brasil, o Coletivo vem acompanhando o debate em torno da construção do **Mecanismo Nacional de Relatórios e Acompanhamento (*National Mechanism for Reporting and Follow-up - NMRF*)**, popularmente conhecido na América do Sul como SIMORE. Em 2024 o Brasil assinou um acordo de cooperação técnica com o Paraguai



para construção de um SIMORE brasileiro, à exemplo da experiência pioneira do país vizinho.

Em diálogo com o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), a coalizão vem incidindo para que este processo seja democrático, transparente e participativo em todas as suas etapas. Para isso, o Coletivo reuniu em seu mais recente relatório, uma proposta de participação da sociedade civil no mecanismo nacional brasileiro¹⁰.

O tema da participação social nos NMRF também vem sendo trabalhado de forma transnacional pelo Coletivo RPU Brasil através de sua participação no **Coletivo RPU América do Sul**. A rede regional da RPU conta com a participação de representações de outros coletivos nacionais da América do Sul e representa o primeiro esforço regional de articulação em torno da RPU no mundo.

Este novo passo para a incidência coletiva na RPU para além das fronteiras nacionais é resultado de outro aprendizado adquirido através da atuação na RPU, que estimula cada vez mais a participação social nos mecanismos de monitoramento de obrigações internacionais de direitos humanos e também mostra o amadurecimento do Coletivo RPU Brasil em sua capacidade de articulação e cooperação com a sociedade civil de outros países da região, em especial do sul global.

¹⁰ Acesse o relatório “Coletivo RPU Brasil no 4º ciclo: A participação da sociedade civil nos Mecanismos Nacionais de Implementação e Monitoramento dos Direitos Humanos (2023)”, disponível na [Plataforma RPU Brasil](#).